

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO I

<b>NOÇÕES INTRODUTÓRIAS</b> .....	1
1. Funções estatais .....	1
2. Conceito e objeto do direito administrativo .....	2
3. Codificação e fontes do direito administrativo .....	4
4. Sistemas administrativos: sistema inglês e sistema francês .....	6
5. O regime jurídico-administrativo .....	6

### CAPÍTULO II

<b>PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b> .....	9
1. Princípio da supremacia do interesse público .....	9
2. Princípio da indisponibilidade do interesse público .....	10
3. Princípio da legalidade .....	11
4. Princípio da impessoalidade .....	12
5. Princípio da moralidade .....	14
6. Princípio da publicidade .....	15
7. Princípio da eficiência .....	16
8. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade .....	17
9. Princípio da autotutela .....	19
10. Princípio da continuidade dos serviços públicos .....	21

### CAPÍTULO III

<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b> .....	23
1. Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito .....	23
2. Centralização, descentralização e desconcentração .....	24
3. Administração em sentido material e em sentido formal .....	26

4. Conceito de administração direta, administração indireta e entidades paraestatais .....	28
5. Criação de entidades da administração indireta .....	30
6. Criação de subsidiárias e participação no capital de empresas privadas .....	31
7. Características comuns às entidades da administração indireta .....	32
8. Entidades em espécie .....	33
8.1. Autarquias .....	33
8.1.1. Autarquias sob regime especial, autarquias fundacionais e associações públicas .....	37
8.1.2. Agências executivas e agências reguladoras .....	38
8.2. Fundações públicas .....	42
8.3. Empresas públicas e sociedades de economia mista .....	46
8.3.1. Distinções entre empresa pública e sociedade de economia mista .....	56
8.4. Consórcios públicos .....	57
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>ÓRGÃOS E AGENTES PÚBLICOS</b> .....	63
1. Órgãos públicos .....	63
2. Agentes públicos .....	66
<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>REFORMA ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR</b> .....	71
1. Reforma do Estado e administração gerencial .....	71
2. Contratos de gestão .....	73
3. Terceiro setor (entidades paraestatais) .....	75
3.1. Serviços sociais autônomos .....	75
3.2. Organizações sociais (OS) .....	76
3.3. Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) .....	78
<b>CAPÍTULO VI</b>	
<b>SERVIDORES PÚBLICOS (DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS)</b> .....	81
1. Introdução .....	81

2. Acesso a funções, cargos e empregos públicos .....	83
3. Direito de associação sindical e direito de greve .....	91
4. Regras constitucionais pertinentes à remuneração dos agentes públicos .....	92
4.1. Fixação da remuneração e revisão geral anual .....	93
4.2. Limites de remuneração dos servidores públicos .....	94
4.3. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios .....	98
5. Vedação à acumulação de cargos, empregos e funções públicos .....	98
6. Disposições constitucionais relativas aos servidores em exercício de mandatos eletivos .....	100
7. Administração tributária .....	101
8. Disposições constitucionais específicas relativas aos servidores públicos estatutários .....	102
8.1. O regime jurídico único e a extinção de sua obrigatoriedade pela EC 19/1998 .....	102
8.2. Planos de carreira e sistema remuneratório dos servidores públicos .....	104
8.3. Direitos trabalhistas atribuídos pela Constituição aos servidores públicos .....	106
8.4. Estabilidade .....	107
8.5. Regime de previdência dos servidores públicos .....	110
<b>CAPÍTULO VII</b>	
<b>ATOS ADMINISTRATIVOS</b> .....	119
1. Conceito de ato administrativo e outras definições relevantes .....	119
2. Classificações .....	121
2.1. Atos vinculados e discricionários .....	121
2.2. Atos gerais e individuais .....	123
2.3. Atos internos e externos .....	124
2.4. Ato simples, complexo e composto .....	125
2.5. Ato válido, ato perfeito, ato eficaz e definições correlatas .....	126
3. Requisitos ou elementos dos atos administrativos .....	127
3.1. Competência .....	127
3.2. Finalidade .....	130

3.3. Forma .....	131
3.4. Motivo .....	132
3.4.1. Motivação .....	133
3.4.2. Teoria dos motivos determinantes .....	135
3.5. Objeto .....	135
3.5.1. Mérito administrativo .....	136
4. Atributos dos atos administrativos .....	137
4.1. Presunção de legitimidade .....	137
4.2. Imperatividade .....	138
4.3. Auto-executoriedade .....	138
4.4. Tipicidade .....	139
5. Extinção dos atos administrativos .....	139
5.1. Anulação .....	140
5.2. Revogação .....	141
5.3. Cassação .....	143
5.4. Outras formas de extinção do ato administrativo .....	143
6. Convalidação de atos administrativos .....	144
7. Conversão .....	146

## CAPÍTULO VIII

<b>PODERES ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>149</b>
1. Introdução .....	149
2. Poder vinculado e poder discricionário .....	149
3. Poder hierárquico .....	151
4. Poder disciplinar .....	152
5. Poder regulamentar .....	153
6. Poder de polícia .....	155
6.1. Introdução e competência para o exercício .....	155
6.2. Distinção entre atividade de polícia administrativa e outras atividades estatais .....	156
6.3. Classificação e meios de atuação .....	157
6.4. Sanções aplicáveis e limites de atuação da administração pública .....	159
6.5. Atributos do poder de polícia .....	160
6.6. Prescrição .....	162
7. Abuso de poder .....	163

## CAPÍTULO IX

<b>LICITAÇÕES PÚBLICAS .....</b>	<b>165</b>
1. Introdução .....	165
2. Princípios orientadores das licitações públicas .....	167
2.1. Publicidade dos atos .....	168
2.2. Igualdade entre os licitantes .....	168
2.3. Sigilo na apresentação das propostas .....	170
2.4. Vinculação ao instrumento convocatório .....	170
2.5. Julgamento objetivo .....	170
2.6. Adjudicação obrigatória ao vencedor .....	171
2.7. Competitividade .....	172
3. Fases do procedimento licitatório .....	172
4. Modalidades de licitação .....	179
4.1. Concorrência .....	179
4.2. Tomada de preços .....	180
4.3. Convite .....	181
4.4. Concurso .....	182
4.5. Leilão .....	182
4.6. Pregão .....	182
4.7. Consulta .....	187
5. Tipos de licitação .....	188
6. Alienação de bens pela administração pública .....	189
7. Inexigibilidade e dispensa de licitação .....	190
7.1. Inexigibilidade de licitação .....	191
7.2. Dispensa de licitação .....	193
7.2.1. Licitação dispensável .....	193
7.2.2. Licitação dispensada .....	197
8. Anulação e revogação da licitação .....	198

## CAPÍTULO X

<b>CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>201</b>
1. Introdução .....	201
2. Conceito de contrato administrativo e de contrato da administração .....	202
3. Características gerais dos contratos administrativos .....	203



4. Prazo de duração dos contratos administrativos .....	207
5. Prerrogativas da administração nos contratos administrativos: as “cláusulas exorbitantes” .....	208
5.1. Exigência de garantia .....	209
5.2. Poder de alteração unilateral do contrato .....	210
5.3. Fiscalização da execução do contrato .....	211
5.4. Aplicação direta de sanções .....	211
5.5. Ocupação temporária .....	212
5.6. Restrições à oposição da exceção do contrato não cumprido ( <i>exceptio non adimpleti contractus</i> ) .....	213
5.7. Possibilidade de rescisão unilateral do contrato .....	214
6. Extinção dos contratos administrativos .....	215
6.1. Anulação .....	216
6.2. Rescisão .....	217

## CAPÍTULO XI

<b>SERVIÇOS PÚBLICOS</b> .....	223
1. Noções introdutórias .....	223
2. Conceito de serviço público .....	226
2.1. Conceitos amplos e conceitos restritos de serviço público .	226
2.2. Critérios propostos para identificação de uma atividade como serviço público .....	227
2.2.1. Essencialistas <i>versus</i> legalistas .....	228
2.3. Definições propostas pela doutrina pátria. Conceito adotado nesta obra .....	229
3. Classificações .....	231
4. Formas de prestação dos serviços públicos .....	234
5. Concessão e permissão de serviço público .....	236
5.1. Definições legais e aspectos gerais .....	236
5.2. Licitação prévia à celebração dos contratos .....	239
5.3. Contratação com terceiros, subconcessão, transferência da concessão e transferência de controle societário .....	242
5.4. Direitos e obrigações do usuário .....	245
5.5. Obrigações da concessionária (ou permissionária) .....	246
5.5.1. Serviço adequado .....	247
5.6. Prerrogativas do poder concedente .....	249

5.7. Extinção da concessão (ou permissão) .....	253
6. Parcerias público-privadas .....	258
6.1. Licitação prévia à contratação de parcerias público-privadas .....	262
7. Autorização de serviço público .....	265

## CAPÍTULO XII

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO</b> .....	269
1. Conceito .....	269
2. Evolução .....	270
3. Responsabilidade objetiva decorrente de atuação administrativa: o art. 37, § 6.º, da Constituição Federal .....	272
4. Responsabilidade decorrente de omissão da administração pública .....	276
5. A ação de reparação do dano com base no art. 37, § 6.º, da Constituição .....	277
6. A ação regressiva contra o agente causador do dano .....	278
7. As responsabilidades administrativa, civil e penal do agente público .....	280
8. Responsabilidade civil por atos legislativos e atos jurisdicionais .....	281

## CAPÍTULO XIII

<b>CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b> .....	283
1. Introdução .....	283
2. Noção de controle e classificações doutrinárias .....	284
3. Recurso hierárquico e recurso hierárquico impróprio .....	294
4. Controle legislativo .....	295
4.1. Hipóteses constitucionais de controle parlamentar direto	296
4.1.1. Controles exercidos pelo Congresso Nacional .....	296
4.1.2. Controles específicos exercidos pelo Senado Federal .....	299
4.1.3. Controle exercido por meio de comissões .....	300
4.2. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária .....	301
4.2.1. Controle exercido pelos tribunais de contas .....	303
5. Controle judicial .....	309

6. Improbidade administrativa (Lei 8.429/1992) .....	311
6.1. Aspectos gerais .....	311
6.1.1. Base constitucional e regulamentação legal .....	311
6.1.2. Sujeitos passivos .....	312
6.1.3. Sujeitos ativos .....	313
6.1.4. Natureza das sanções cominadas e cumulação de instâncias .....	314
6.2. Descrição legal dos atos de improbidade administrativa e sanções aplicáveis .....	315
6.3. Procedimentos administrativos e ações judiciais .....	317
6.4. Juízo competente .....	320
6.5. Prescrição .....	321

## CAPÍTULO XIV

### O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (LEI 9.784/1999) .....

1. Introdução .....	323
2. Abrangência e aplicação .....	323
3. Princípios .....	324
4. Direitos e deveres dos administrados .....	326
5. Início do processo e legitimados a sua instauração .....	327
6. Impedimento e suspeição .....	328
7. Forma, tempo e lugar dos atos do processo .....	329
8. Intimação do interessado .....	330
9. Instrução e decisão .....	332
10. Desistência e extinção do processo .....	334
11. Recurso administrativo .....	335
12. Contagem de prazos .....	339

## CAPÍTULO XV

### BENS PÚBLICOS .....

1. Conceito .....	341
2. Classificação .....	342
3. Características .....	343

4. Uso privativo de bens públicos por particulares mediante autorização, permissão e concessão .....	345
--	-----

## CAPÍTULO XVI

### INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE PRIVADA .....

1. Introdução .....	351
2. Servidão administrativa .....	352
3. Requisição .....	353
4. Ocupação temporária .....	354
5. Limitações administrativas .....	354
6. Tombamento .....	355
7. Desapropriação .....	357
7.1. Pressupostos .....	357
7.2. Autorização constitucional .....	358
7.3. Bens desapropriáveis .....	359
7.4. Competência .....	360
7.5. Indenização .....	361
7.6. Desapropriação indireta .....	362
7.7. Direito de extensão .....	362
7.8. Tredestinação .....	363
7.9. Retrocessão .....	363

<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	365
---------------------------	-----